

**MUNICÍPIO DE TONDELA****ATA N.º 26 /2020****REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA
NO DIA 2 DE DEZEMBRO DE 2020****MEMBROS PRESENTES:**

Presidente Dr. José António Gomes de Jesus
Vereador Pedro Luís de Jesus Ferreira Adão
Vereador Joaquim da Silva Mendes dos Santos
Vereador Miguel Cláudio Torres Bruno
Vereadora Dr.ª Sofia Alexandra Fraga Simões Ferreira
Vereador Eng.º Júlio Daniel Maneira Marques Rodrigues
Vereador José Carlos Henriques Vieira Coimbra

MEMBROS QUE FALTARAM:

---- Aos dois dias do mês de dezembro, nesta cidade de Tondela, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a *reunião extraordinária* da Câmara Municipal de Tondela, sob a presidência do senhor presidente da Câmara Municipal, Dr. José António Gomes de Jesus, estando presentes os senhores vereadores: Pedro Luís de Jesus Ferreira Adão, Joaquim da Silva Mendes dos Santos, Miguel Cláudio Torres Bruno, Dr.ª Sofia Alexandra Fraga Simões Ferreira, Eng.ª Júlio Daniel Maneira Marques Rodrigues e José Carlos Henriques Vieira Coimbra. -----

---- A reunião foi secretariada por Maria Isabel Cabral Estrela. -----

---- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando haver “quorum” para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o senhor presidente declarou aberta a reunião. -----

PERIODO DA ORDEM DO DIA

- Departamento de Administração Geral, Económico Financeira, contratação Pública, Comunicação e Recursos Humanos

- Divisão de Economia e Finanças

1-Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2021

---- Foram presentes as Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano civil de dois mil e vinte e um, na importância de 40 385 034€ na receita e na despesa. -----

---- O senhor presidente iniciou o ponto, efetuando a entrega das normas de execução orçamental e referindo que os documentos foram entregues com algum atraso atendendo ao facto de ter existido algumas dificuldades na plataforma informática, pela implementação no próximo ano da SNC-AP. Seguidamente, efetuou uma apresentação dos documentos, referindo que são documentos que refletem um projeto plurianual (5 anos), com base nos indicadores internacionais de preço ao consumidor, para os anos seguintes. Frisou que era um orçamento com interação entre projetos e funções sociais, quer sejam elas de âmbito social como económico. Frisou que nos documentos não se encontram “Verbas a Definir”, nos termos das novas normas, tal não é possível. Referiu que o próximo ano representa o fecho de dois ciclos: autárquico e de fundos europeus. Referenciou o apoio ao investimento, no acolhimento industrial, em simultâneo com a aplicação de medidas de desenvolvimento urbano. Disse que dentro de vários projetos que a Câmara pretende levar a cabo, estarão as PAMUS em Campo de Besteiros e na Naia / Tondela, assim como as pavimentações ao Caramulo, inerentes às obras de saneamento, que terão valores que rondarão os dois milhões de euros e que serão objeto de candidatura de fundos comunitários bem como a empréstimo. Disse que relativamente à AINTAR, deverá haver uma quotização extraordinária por parte dos municípios, para fazer face aos valores da contrapartida nacional para os investimentos que se irão lançar, que cabe à entidade nas obras que pretende levar a cabo. Frisou os valores imputados às funções sociais, que muitos têm a ver com as medidas tomadas no âmbito do Covid-19. No cultural, referiu que atendendo à situação que o país atravessa, para o ano de 2021, de momento não se prevê atividades, mas que estas serão analisadas caso a caso e assim, assim que estejam definidas as condições decorrentes da pandemia vivida. Frisou o desenvolvimento de novos investimentos nas ZIM's do concelho. -----

---- O senhor vereador Joaquim Santos iniciou lamentando o não envio das normas de execução orçamental atempadamente, lembrando que no ano passado foram enviadas no dia anterior, tendo sido este ano no início da reunião. Disse compreender algumas dificuldades que os serviços possam ter em relação às aplicações informáticas, mas que se os documentos tivessem sido iniciados atempadamente, estes estariam elaborados em tempo útil, tal como algumas Câmaras que já aprovaram os documentos nas suas reuniões de Câmara e respetivas assembleias municipais. Disse ter estranhado não ter visto “Verbas a definir”, não sabendo se é favorável ou não. Referiu que, como disse o senhor presidente, de facto o próximo ano é o fecho de dois ciclos, que por acaso são coincidentes, senão teria que haver fecho de obras, atendendo que é ano de eleições. Disse que comparando este orçamento aos dos anos anteriores, não vê muita diferença, pois as obras são as mesmas, com exceção das obras nas escola e jardins de infância e remoção de amianto, que são obras do Estado. Referiu que vislumbra o título da publicação que será efetuada amanhã: “Câmara Municipal aprova orçamento de 40 000 000€”, referindo que deve ser “Câmara” e não “Município”, pois a Assembleia ainda irá pronunciar-se. Reforçou que se este ciclo não tivesse de se concluir o aumento do orçamento continuaria, pois de ano para ano continuam a transitar as mesmas obras: Centro Tecnológico, Frente Ribeirinha, CROA, Balneário de Sangemil, ampliação do cemitério de Tondela, ampliações das ZIM’s, estrada municipal Mosteiro de Fráguas / Sabugosa, Loja do Cidadão. Referiu, ainda, que no caso do CROA verificou que está imputada a verba de 230 000€, obra que está inscrita desde 2013, esperando que a mesma seja feita em 2021, ano de eleições. Relativamente à empreitada do Centro Tecnológico, disse que espera que a mesma fique concluída até julho / agosto, atendendo ao ritmo que leva. Relativamente à empreitada de água e saneamento ao Caramulo, referiu que esta obra tem cerca de 10 anos, tendo a mesma sido lançada a concurso, anulada seguidamente pelo facto da empresa ter dado falência e estando ainda em andamento. Referenciou os acessos envolvente ao cemitério municipal, não entendendo o motivo do acesso norte, continuando a ter dúvidas se a obra estava ou não inscrita no PPI, porque não a encontrou e que sempre teve presente que a ligação a abrir seria a sul do cemitério, porque esta que está em execução não serve ninguém, a não ser quem queira estacionar no parque do estádio, mas não em dias de jogo, porque estará reservado. Ou para os jogadores, quando vão treinar, mas nesse caso, não justificaria tamanho investimento; convinha assim esclarecer o que se pretende. Deste modo, concluiu que o orçamento e as grandes opções do plano não passam do mesmo, com as mesmas obras de ano para ano, pelo que os vereadores do Partido Socialista irão votar contra. -----

---- O senhor presidente respondeu que as obras das escolas, jardins de infância e remoção de amianto não são obras do Estado, mas sim que foram candidaturas feitas pelo município a fundos comunitários. Referiu que comparar o ciclo autárquico de 2017/2021 a outros ciclos, não é real, pois em 2017 a região centro foi devastada pelo grande incêndio de outubro e no início do ano de 2020 os efeitos da pandemia. Referiu que devido às consequências do grande incêndio de 2017, houve mobilização de meios e de técnicos, que foram canalizados para a reconstrução, no caso de Tondela, de cerca de 120 de primeira habitação. Reconhecendo que atendendo aos esforços efetuados nesse processo, houve impacto noutras obras, como foi o caso do Centro Tecnológico e da Frente Ribeirinha. Mas, que houve obras quando lançadas a concurso ficaram desertas, obrigando a redefinição de valores de calculo. Disse que a empreitada de requalificação da EM Mosteiro de Fraguas / Sabugosa está adjudicada. Que relativamente ao CROA a

mesma foi lançada a concurso que ficou deserto, por falta de mão de obra, estando novamente em condições de ser relançada a concurso. Que a empreitada Frente Ribeirinha, a mesma aguarda visto do Tribunal de Contas. Conclui referi do que não entende a preocupação política demonstrada pelo senhor vereador em ter obras para inaugurar em 2021, frisando que o que o move é ter obras para beneficiar a população. Referiu, ainda que a empreitada de água e saneamento ao Caramulo iniciou-se no mandato de 2013/2017, tendo a mesma tido problema que levaram à reformulação do projeto e de lançamento de novo concurso publico, disse que a mesma se encontra em bom ritmo de execução, tendo tido um atraso pelo facto da necessidade do parecer externo para as novas captações, pelo que ficará concluída em 2021. Frisou que os documentos demonstram uma observação política realista e objetiva e que a observação efetuada pelo senhor vereador é de apreciação de combate político.-----

---- O senhor vereador Joaquim Santos referiu que compreende que tenha havido constrangimentos devido aos incêndios e até por causa da pandemia, mas que os incêndios já foram em 2017, que tendo em consideração esse facto, até votaram abstenção no orçamento para 2019, e que o nosso concelho não foi o único a ser afetado, embora devido à sua dimensão, tenha sido dos que mais sofreu, mas que tal não é justificação para tudo, porque os outros concelhos não ficaram parados e que para a não execução, o que existe é a falta de planeamento e interesse pelo calendário eleitoral; referiu, como exemplo, que o projeto da Frente Ribeirinha foi apresentado, em público, pela equipa projetista, em julho de 2017, em período de pré-campanha eleitoral, supondo-se que tudo estaria concluído e em condições de avançar, mas afinal, foi tudo uma trapalhada. Quando ao CROA (canil) disse que o concurso ficou deserto como seria de esperar, pelo valor base ser baixo de mais, até parecendo ser propositado, porque quando se trata de obras que se querem mesmo fazer, há sempre candidatos, mas os animais podem esperar mais um ano!-----

---- Colocado à votação as GOP's e o Orçamento para 2021, estes foram aprovados por maioria, com os votos contra dos senhores vereadores Joaquim Santos e Engº Júlio Rodrigues, que efetuaram uma declaração de voto, que se transcreve:-----

---- Não bastando não ter sido garantido o tempo útil para uma análise minimamente consentânea com a responsabilidade destes documentos, exigido para uma análise mais pormenorizada sobre os mesmos, faltou um outro documento, que consideramos importante, e em conformidade com o n.º 1 do artigo 46º da Lei 73/2013 – *“um Relatório que contenha a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, , incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes”*, que nos foi entregue apenas no início desta reunião. Mesmo sendo um documento essencialmente político, não deixa de ser útil para tentar perceber as fundamentações das decisões que levaram à elaboração do guião para o ano que se segue, e que não nos foi possível analisar.-----

---- Apesar de todas estas dificuldades, que mais parecem propositadas que fundamentadas, não ficamos impedidos de verter a nossa apreciação que, no sentido crítico, só poderá pecar por defeito.-----

---- O Orçamento para 2021 acresce em cerca de 6 milhões de euros em relação ao de 2020, essencialmente provenientes de receita de capital e, não fora isso, estaríamos a analisar praticamente o mesmo orçamento de há um ano atrás, com um rol de intenções e incumprimentos.-----



---- Nada que nos surpreenda, pois vem sendo hábito, desde o início deste mandato, que o acaso tome conta das ocorrências e deixe passar o tempo, com um único objetivo: deixar tudo por conta do calendário eleitoral.-----

---- Afinal, tínhamos razão, desde a primeira vez que denunciámos estes propósitos e votamos contra os Orçamentos em dois dos três anos anteriores. -----

---- O que foi cumprido ao longo de 3 anos, nada mais foi do que tinha mesmo de ser: -

---- - Despesas com pessoal, pagamento de rendas das PPP's, obras em que o município se assumiu como dono, contratos interadministrativos e protocolos com as juntas, movimento associativo e entidades parceiras. -----

---- E se este não é momento para nos pronunciarmos sobre as execuções anteriores, também é verdade que temos o direito de duvidar do mérito destas propostas de Orçamento, GOP's e PPI, carregadas de velhas intenções e de promessas não cumpridas, deixando á deriva os interesses dos munícipes que, passado mais um ano, não usufruíram de benefícios que teriam direito e que, agravada a situação, se tornaram financeiramente mais pesados, com responsabilidades para uma maioria que não soube acautelar o interesse público. -----

---- Alguns casos são demasiado evidentes para poderem ser ignorados:-----

---- - O CROA – canil municipal, que desde 2013 nunca passou do papel e surge agora com uma verba que corre atrás do tempo e que poderá não ser suficiente.-----

---- - A Requalificação / ampliação da Etar do Lajedo, mais uma vez adiada. -----

---- - A ligação Ermida – Molelinhos e a variante de Molelos, agora à espera de melhores dias, não vá o diabo tecê-las. -----

---- - O sistema de saneamento e água do Caramulo, já com mais de uma década. -----

---- - A ampliação do cemitério de Tondela e sua envolvente que, afinal, era outra!-----

---- - A Frente Ribeirinha do Dinha, apresentada com pompa em julho de 2017. -----

---- - O Centro Tecnológico que ficou esquecido no tempo, agora ajustado ao calendário.

---- - A Loja do Cidadão, que até mereceu uma Revisão Orçamental exclusiva, e que continua a colocar Tondela na cauda dos concelhos mais atrasados em serviço de proximidade aos cidadãos. -----

---- - A reabilitação das piscinas de Tourigo e Canas de Santa Maria, e ainda as obras da sua igreja românica que mais parecem as de Santa Engrácia. -----

---- A reabilitação da estrada Mosteiro de Fráguas – Sabugosa, pouco mais de 2 kms, cujo custo está orçamentado em mais 20% que o valor inicial, além dos incómodos de quem lá circula diariamente.-----

---- - A requalificação e eficiência energética do Balneário das Termas de Sangemil, que continua igual. -----

---- - E onde estão as obras no edifício das Reservas do Museu Terras de Besteiros, em Nandufe? -----

---- Estes são apenas alguns exemplos de incumprimentos sucessivos, calculados de forma a servirem de propaganda lá para o 3.º trimestre de 2021. -----

---- Desta vez não foram os incêndios ... -----

---- Afinal, o que falhou? -----

---- - O trabalho ou a vontade? -----

---- - O rigor na gestão, ou a transparência nos procedimentos?-----

---- - A competência ou a isenção?-----

---- Para que serve anunciar orçamentos de 40 milhões de euros, se tudo não passa de uma ilusão? Onde foram gastos os 34 milhões anunciados há um ano atrás? É uma pergunta que qualquer um tem o direito de fazer! -----

---- Os 40 milhões são o somatório do que não foi, mas deveria ter sido feito, com prejuízo para todo um concelho que nada de novo tem oferecido aos seus munícipes, porque este ano nem as festas puderam acontecer.-----

---- Com tanto dinheiro, onde está a proteção ambiental, a sinalização, as estradas, os arruamentos, a iluminação? -----

E a devolução da consignação de IRS aos contribuintes que, envergonhada de 1%, embora disfarçada de 20, não passa de um truque para tempo de eleições? -----
Restam as verbas comprometidas, não vá o mundo fugir, para fazer aa festa em cada freguesia: -----

---- Há um ano, dissemos: -----
---- *“é assim que se têm distribuído as enormes fatias orçamentais e com tendência para continuar, sobretudo lá para finais de 2020 e até meados de 2021, para marcar terreno eleitoral”*. -----

---- Afinal, não nos enganámos – tão previsível que é esta maioria! Tem sido esta a nossa sina ...! -----

---- Terminamos como de costume:-----
---- Esta não é a melhor forma de gerir os dinheiros públicos. Nem essas são as prioridades das pessoas. -----

---- Este orçamento apenas nos dá uma garantia: que nada mudou! -----
---- Por isso, votamos contra!”-----

---- O senhor presidente disse o que é previsível é a oposição.-----

---- Mais foi deliberado submeter os documentos em questão à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 25 número 1 alínea a), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

- Divisão de Adm. Geral, Informática, Modernização Adm, Contratação Pública, Comunicação e Recursos Humanos

- Recursos Humanos

2-Mapa de pessoal para 2021

---- Foi presente o mapa de pessoal para o ano 2021, que se anexa sob o número 1. ----

---- O senhor vereador Joaquim Santos questionou sobre o lugar de técnico superior imputado ao serviço de despesa, que tinha sido objeto de abertura de procedimento concursal e que na reta final do mesmo, tinha sido anulado o concurso, pelo facto de terem encontrado soluções dentro dos técnicos da Câmara, tinha sido anulado. -----

---- A senhora vereadora Dr^a Sofia Ferreira referiu que em relação ao assunto do técnico para área da despesa, na altura este assunto do apresentado neste órgão e foi explicado que à data se encontrou alternativa interna, para colmatar as necessidades deste serviço. Sempre que tal é possível, este tem sido o procedimento habitual, não vendo qual a estranheza que o vereador Joaquim Santos quer incutir ao assunto. Disse que sempre que

existem vagas num serviço, estes podem ser afetados a outro caso haja necessidade de tal, reafectando o recurso humano. E que relativamente à existência de um lugar vago de técnico superior, existe uma vaga imputada ao serviço de aprovisionamento. Referiu, ainda que o mapa de pessoal é um mapa previsional. -----

---- Colocada à votação, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar o mapa de pessoal para 2020 e submeter os documentos em questão à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 25 número 1 alínea o), da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

- Departamento Educação, Desenvolvimento Social, Desportivo e Cultural

- Divisão Intervenção Social e Educação

3- Anulação de saldos remanescentes com entidades

---- Foi presente uma informação para anulação de saldos remanescentes de deliberações efetuadas em anos anteriores, com as entidades: -----

---- Rodoviária da Beira Litoral – 135 626,98€; -----

---- DGESTE – 1 045,01€; -----

---- Empresa Marques – 585,68€; -----

---- Empresa Marques – 20 420,66€. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a anulação dos referidos saldos e descabimentação das verbas. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

4- Anulação de saldos remanescentes com Junta / União de Freguesia

---- Foi presente uma informação para anulação de saldos remanescentes de deliberações efetuadas em anos anteriores, com as Freguesias: -----

---- União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas – 846,55€; -----

---- Junta de freguesia de Parada de Gonta – 1 145,40€. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a anulação dos referidos saldos e descabimentação das verbas. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

- Presidência

5- Venda de lote à Brose - Sistemas de Fechaduras para Automóveis, Unipessoal Lda

---- Foi presente uma informação do senhor presidente para venda de lote nº 10 da Zim do Lajedo, que se transcreve:-----

---- “Considerando a BROSE - SISTEMAS DE FECHADURAS PARA AUTOMÓVEIS, UNIPessoal, LDA., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Tondela com o número de identificação de Pessoa Coletiva (NIPC) 503 284 190, com sede na Rua Max Brose, n.º 38, na Zona Industrial do Lajedo, freguesia de Santiago de Besteiros, 3465-158 TONDELA, neste ato representada pelo Exmo. Sr. Thorsten Alvertht, na qualidade de gerente, com os devidos poderes para o efeito, ter apresentado ao Município de Tondela um projeto de intenção investimento na zona industrial do Lajedo e nos termos do qual pretende adquirir o lote 10, na referida zona industrial que lhe permita desenvolver um projeto apresentado ao abrigo do Regulamento da Zonas Industriais Municipais de Tondela (RZIMT);-----

---- Considerando que de acordo com o projeto de investimento apresentado pela referida sociedade comercial, a mesma prevê a ampliação da sua unidade industrial, com a criação de novas linhas de produção e conseqüente aumento de capacidade, sendo que para o efeito, necessita de adquirir, pelo menos, mais um lote. -----

---- Considerando que a referida sociedade comercial, pretende dotar o seu parque industrial em Tondela das condições tecnológicas e produtivas imprescindíveis ao fabrico de novas gerações de componentes automóveis com forte caráter inovador no panorama internacional, para integração em novos modelos a disponibilizar no mercado por fabricantes de automóveis.-----

---- Deste modo, o projeto em apreço contempla Inovação Tecnológica de Produto, uma vez que viabilizará a produção pioneira de novos e mais sofisticados produtos, os quais, graças à superior performance técnica e características inovadoras, se afiguram claramente diferenciadores face aos produzidos no pré-projeto pela Empresa e pelos restantes players do setor.-----

---- Assim, atendendo ao interesse da sociedade comercial Brose - Sistemas de Fechaduras para Automóveis, Unipessoal, Lda, na aquisição por negociação direta do lote nº 10 da ZIM do lajedo e, de acordo com o estipulado no Regulamento 950-B/2020 de 28 de outubro de 2020 - (RZIMT), o projeto apresentado, é considerado de relevante interesse municipal, pelo que se propõe a referida venda, ao abrigo das condições gerais de venda constantes no (RZIMT).-----

---- Considerando que o lote nº 10 do loteamento da Zona Industrial do Lajedo, com a área 12.594,00 m², prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo provisório P1867, sito na freguesia de Santiago de Besteiros, reúne condições necessárias para a sociedade comercial BROSE - SISTEMAS DE FECHADURAS PARA AUTOMÓVEIS, UNIPessoal, LDA, realizar o projeto de investimento apresentado ao Município, entende o ora Presidente que deve ser vendido à referida sociedade o citado lote. -----

---- Assim, tendo em conta o exposto e ao abrigo da alínea g) do número 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho que esta Câmara Municipal delibere: -----

---- a) Vender à BROSE - SISTEMAS DE FECHADURAS PARA AUTOMÓVEIS, UNIPessoal, LDA., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Tondela com o número de identificação de Pessoa Coletiva (NIPC) 503 284 190, o lote 10, do loteamento da Zona Industrial do Lajedo, com a área de 12.594,00m², pelo preço de € 100.752,00 (cem mil, setecentos e cinquenta e dois euros), correspondente ao valor de € 8,00 (oito euros) o metro quadrado, com a condição da referida sociedade comercial expressamente aceitar e se obrigar a respeitar e cumprir o RZIMT ;-----

---- b) celebrar o contrato de promessa de compra e venda e posterior escritura pública de compra e venda, nos termos e condições previstas na alínea anterior; -----

---- c) Aprovar a presente deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos.” ----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a venda do lote nº 10, com a área de 12.594,00m², pelo preço de € 100.752,00, à empresa Brose – Sistema de Fechaduras para Automóveis, Unipessoal Lda. Mais deliberou aprovar a minuta do contrato de promessa de compra e venda a celebrar entre as partes.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, pelo senhor presidente foi declarada encerrada a reunião, pelas doze horas e quarenta minutos, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, número 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro e devidamente assinada por mim, Maria Isabel Cabral Estrela, que a subscrevi.-----

por mim, pu.
Maria Isabel Cabral Estrela

Handwritten signatures and initials at the top left of the page.

8.1.1.1	Gabinete Técnico de Ambiente	25+26+4+4#	34	3+1#	1°	3#	24+23+3°	25	1#	4°	4#	
8.1.1.2	Gestão de Candidaturas e Fundos Comunitários	2+1°	3		1			2		1°		
8.1.1.3	Serviço de Energia	5	5	1	1	1	2	5				
8.1.1.4	Serviço de Higienssanitário	3	3				1	3				
<p>8 Trabalhadores nas Aguas do planalto e ADICES (não refletidos)</p> <p># - a desempenhar outras funções em comissão de serviço</p> <p>a - a desempenhar outras funções</p> <p>a1 - a desempenhar funções em regime de mobilidade noutra entidade</p> <p>c - lugares exercidos em regime de mobilidade</p> <p>d - Precários</p> <p>e - Concurso a decorrer</p> <p>f - lugar vago</p> <p>* - Lugares a criar</p> <p>g) - lugar a extinguir quando vagar</p>												
								TOTAL	312	24+23	15°	35#

Handwritten signature at the bottom right of the page.